

Alerta Legislação nº 48, de 25 a 30 nov. 2024

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.276, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024

Altera a [Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989](#), e a [Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024](#), para dispor sobre medidas para prevenção e combate a incêndios florestais.

LEI Nº 15.035, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024

Altera o [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940](#) (Código Penal), para permitir a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantido o sigilo do processo e das informações relativas à vítima, e a [Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020](#), para determinar a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais.

Poder Legislativo

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 55, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024

Altera a redação da Constituição do Estado na forma que especifica.

(...)

Artigo 1º – O artigo 255 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 255 – O Estado aplicará, anualmente, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluindo recursos provenientes de transferências, para cumprir o disposto no "caput" do artigo 212 da Constituição Federal." (NR)

(...)

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 63.925, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024

Cria a Comissão Especial de Organização do Carnaval de Rua 2025, conforme previsto no artigo 5º do [Decreto nº 58.857, de 17 de julho de 2019](#).

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
30/11/2024	<u>DECRETO Nº 12.279, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Altera o Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2024.
29/11/2024 (Ed. extra)	<u>DECRETO Nº 12.278, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Institui a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana. <u>DECRETO Nº 12.277, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Institui o Programa Rotas Negras.
29/11/2024	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.277, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Institui o Auxílio Extraordinário destinado a pescadoras e pescadores profissionais artesanais beneficiários do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal - Seguro-Defeso cadastrados em Municípios da Região Norte. <u>DECRETO Nº 12.260, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Institui o Programa Periferia Viva. <u>DECRETO Nº 12.259, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Altera o Decreto nº 11.972, de 1º de abril de 2024, que remaneja, em caráter temporário, função de confiança para o Ministério do Trabalho e Emprego.
25/11/2024	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.276, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e a Lei nº 14.944, de 31 de julho de 2024, para dispor sobre medidas para prevenção e combate a incêndios florestais. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.275, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Abre crédito extraordinário, em favor da Defensoria Pública da União e dos Ministérios do Planejamento e Orçamento, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 118.206.027,00, para os fins que especifica.
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 118, DE 2024</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.263, de 7 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial da União no dia 8, do mesmo mês e ano, que "Institui

o Auxílio Extraordinário destinado a pescadoras e pescadores profissionais artesanais beneficiários do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal - Seguro-Defeso cadastrados em Municípios da Região Norte", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 27 de novembro de 2024

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 117, DE 2024

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.262, de 3 de outubro de 2024](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Institui o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária - Regras GloBE, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 27 de novembro de 2024

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 116, DE 2024

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.261, de 2 de outubro de 2024](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a [Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022](#), que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 27 de novembro de 2024

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 115, DE 2024

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da [Resolução nº 1, de 2002-CN](#), faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.260, de 27 de setembro de 2024](#), publicada no Diário Oficial da União no dia 30, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e de Portos e Aeroportos, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.659.821.159,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

	Congresso Nacional, em 27 de novembro de 2024 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 15.036, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Banco Central do Brasil e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 1.253.601.800,00 (um bilhão duzentos e cinquenta e três milhões seiscentos e um mil e oitocentos reais), para os fins que especifica. <u>LEI Nº 15.035, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para permitir a consulta pública do nome completo e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) das pessoas condenadas por crimes contra a dignidade sexual, garantido o sigilo do processo e das informações relativas à vítima, e a Lei nº 14.069, de 1º de outubro de 2020, para determinar a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais. <u>LEI Nº 15.034, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para autorizar o aumento da participação da União no Fundo Garantidor de Operações (FGO), com o objetivo de garantir as operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); e dá outras providências. <u>LEI Nº 15.033, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Autoriza transferência de capital, a título de contribuição, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), em atenção ao disposto no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. <u>LEI COMPLEMENTAR Nº 210, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual; e dá outras providências.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura e Pecuária	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 739, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Institui unidades de Apoio Meteorológico do Instituto Nacional de Meteorologia em todas as unidades da federação e dispõe sobre suas competências. <u>PORTARIA MAPA Nº 738, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Aprova o Plano Estratégico Atualizado do Ministério da Agricultura e Pecuária para o período de 2020 a 2031.

	<u>PORTARIA MAPA Nº 737, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Incorpora ao ordenamento jurídico nacional as condições que devem cumprir as unidades de isolamento animal para a quarentena de exportação e as disposições para o seu funcionamento, aprovadas pela Resolução MERCOSUL/GMC/RES. nº 21/24. SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA <u>PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.201, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024</u> (...) Art. 1º Fica alterado o Anexo VIII da Portaria nº 52, de 15 de março de 2021, passando a vigorar com as seguintes alterações: "ANEXO VIII OUTROS INGREDIENTES AUTORIZADOS NAS FORMULAÇÕES COMERCIAIS DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS COM USO APROVADO PARA A AGRICULTURA ORGÂNICA (...)"
Ministério da Cultura	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS <u>PORTARIA IBRAM Nº 3.230, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre o Cadastro de Agentes para Participação Social - Participe Ibram, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RESOLUÇÃO CONSUG-MD Nº 20, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Aprova o Planejamento Estratégico Setorial de Defesa - PESD 2024-2035.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MEC/MF Nº 12, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Altera a Portaria Interministerial MEC/MF nº 6, de 28 de dezembro de 2023, que estabelece as estimativas, os valores, as aplicações e os cronogramas de desembolso das complementações da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, para o exercício de 2024, nas modalidades Valor Anual por Aluno - VAAF, Valor Anual Total por Aluno - VAAT e Valor Anual por Aluno decorrente da complementação Valor Aluno Ano Regular - VAAR. <u>PORTARIA CONJUNTA MRE/MEC/MCTI Nº 936, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Regulamenta o Programa de Estudantes-Convênio em sua modalidade de Pós-Graduação - PEC-PG. <u>PORTARIA Nº 1.127, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Altera a Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de

	2012, e a Portaria Normativa MEC nº 21, de 5 de novembro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - Sisu. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) PORTARIA Nº 1.030, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024 Publica a apuração parcial dos objetivos estratégicos, indicadores e metas para o alcance dos resultados institucionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE no exercício de 2024. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) PORTARIA Nº 493, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024 Dispõe sobre o Cronograma do Censo da Educação Superior 2024.
Ministério da Fazenda	GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA INTERMINISTERIAL MF/MDIC Nº 38, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024 Dispõe sobre a alocação dos recursos, as condições de crédito, os limites máximos de garantia, os limites de renda ou faturamento dos beneficiários, os critérios de participação das instituições financeiras e outros critérios de elegibilidade das operações de financiamento com recursos do Fundo Social de que trata o art. 47-A da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantia com recursos do FGI. COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL PORTARIA CGSN Nº 49, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024 Divulga o sublimite de receita bruta acumulada auferida, aplicável no ano-calendário 2025. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) RESOLUÇÃO CMN Nº 5.184, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024 Altera a Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013, e os seus Anexos I e II, que tratam, respectivamente, do Estatuto e do Regulamento do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para incluir, no rol dos instrumentos financeiros objeto da garantia ordinária, a Letra de Crédito do Desenvolvimento - LCD e introduzir aperfeiçoamentos na governança do FGC e na proteção aos depositantes. RESOLUÇÃO CMN Nº 5.183, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024 Altera a Seção 6 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Capítulo 7 (Encargos Financeiros e Limites de Crédito) e a Seção 18 (Normas Transitórias) do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Manual de Crédito Rural - MCR. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA ATO COTEPE/PMPF Nº 27, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024 Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL PORTARIA STN/MF Nº 1.873, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024

	Altera o prazo de apresentação da versão definitiva do Programa, contido na Portaria STN nº 217, de 15 de fevereiro de 2024, exclusivamente para o exercício de 2024, e o prazo para realizar a conversão de programas para fins de usufruir de bônus de espaço fiscal majorado. PORTARIA STN/MF Nº 1.861, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024 Altera a Portaria STN/MF nº 1.478, de 23 de novembro de 2023, que regulamenta a Portaria Normativa MF nº 808, de 26 de julho de 2023, que estabelece condição para a concessão de garantia pela União nas operações de crédito interno e externo contratadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo suas entidades da administração indireta. SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.236, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024 Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.172, de 9 de janeiro de 2024, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas.
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	GABINETE DA MINISTRA (GM) PORTARIA CONJUNTA MGI/ENAP Nº 111, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024 Institui o Programa Nacional de Gestão e Inovação e estabelece as diretrizes para sua implementação, por meio de acordo de adesão a ser firmado com os Estados e com o Distrito Federal. ARQUIVO NACIONAL PORTARIA AN/MGI Nº 193, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024 Dispõe sobre a coleta de dados e informações relativos ao custo para manutenção da massa documental acumulada nos órgãos setoriais do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos - Siga. SECRETARIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 176, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024 Dispõe sobre as regras e os procedimentos para adoção dos custos mínimos a serem observados nos valores de remuneração, incluindo salário-base e adicionais, auxílio-alimentação e outros benefícios como mecanismo de fortalecimento das garantias trabalhistas em contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos do art. 5º do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024.
Ministério da Previdência Social	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS → Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.240, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024 Altera o Livro I das Normas Procedimentais em Matéria de Benefícios, que disciplina os procedimentos e rotinas que versam sobre cadastro, administração e retificação de informações dos Segurados e Beneficiários no âmbito do INSS, aprovado pela Portaria Dirben/INSS nº 990, de 28 de março de 2022.

	SECRETARIA DE REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL <u>PORTARIA MPS Nº 3.718, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Estabelece normas transitórias complementares para o Programa de Gestão e Desempenho da Perícia Médica Federal (PGDPMF) de que trata a Portaria SRGPS/MPS nº 2.400, de 25 de julho de 2024.
Ministério da Saúde	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 619, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do procedimento Ensaio para dosagem da liberação de interferon gama para detecção de tuberculose latente em crianças em contato com casos de tuberculose ativa; do procedimento Teste de fluxo lateral para detecção de lipoarabinomanano em urina (LF - LAM) para o rastreamento e diagnóstico durante atendimento de pessoa vivendo com HIV (PVHIV) com sinais e sintomas suspeitos de tuberculose (TB); do procedimento Teste de hibridização com sonda em linha (LPA 1ª linha) para detecção de resistência aos fármacos de 1ª linha (rifampicina, isoniazida e etionamida), utilizados no tratamento para Tuberculose (TB); do procedimento Teste de hibridização com sonda em linha (LPA 2ª linha) para detecção de resistência aos fármacos de 2ª linha utilizados no tratamento para Tuberculose (fluoroquinolonas e aminoglicosídeos/peptídeos cíclicos); e do procedimento implante subdérmico hormonal para contracepção para prevenção da gravidez não desejada para pessoas adultas em idade fértil, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º do art. 10, da Lei nº 9.656/1998. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 944, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre procedimento de liberação de lotes de vacinas e soros hiperimunes heterólogos para consumo no Brasil e para exportação. – Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 4.402, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024</u> (...) Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. FERNANDA MACIEL REBELO ANEXO 1. Empresa: MARANATA INDUSTRIA E COMERCIO DE SAL LTDA - CNPJ: 07991107000198 Produto - (Lote): SAL REFINADO IODADO MARCA UNIÃO (01/24); Tipo de Produto: Alimento Expediente nº: 1623753/24-6 Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Uso Recolhimento (...)

	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) <u>PORTARIA Nº 2.724, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Aprova o Mapa Estratégico Institucional da Fundação Nacional de Saúde com o conjunto de Objetivos Estratégicos para o período de 2025 a 2027. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE <u>PORTARIA SECTICS/MS Nº 58, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, os análogos de insulina de ação rápida para tratamento do diabetes mellitus tipo 2, conforme Protocolo Clínico do Ministério da Saúde. Ref.: 25000.112531/2024-51. <u>PORTARIA SECTICS/MS Nº 59, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, os análogos de insulina de ação prolongada para tratamento do diabetes mellitus tipo 2, conforme Protocolo Clínico do Ministério da Saúde. Ref.: 25000.112216/2024-23.
Ministério das Relações Exteriores	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MRE Nº 565, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Institui o Comitê Consultivo do Programa Guimarães Rosa de Diplomacia Cultural. <u>PORTARIA MRE Nº 564, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Institui o Programa Guimarães Rosa de Diplomacia Cultural, estabelece diretrizes, atribuições, normas e fluxos operacionais e dá outras providências.
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA CONJUNTA MDA/INCRA Nº 4, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Institui o Programa TERRA CIDADÃ e dispõe sobre seus objetivos e forma de implementação. CÂMARA TÉCNICA DE DESTINAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS RURAIS <u>RESOLUÇÃO Nº 16, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Aprova a destinação de terras públicas federais ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e ao Serviço Florestal Brasileiro - SFB, para fins de criação e ampliação de unidades de conservação da natureza, de regularização do uso e da ocupação de povos e comunidades tradicionais em áreas de florestas públicas federais e de concessão florestal. <u>RESOLUÇÃO Nº 15, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Aprova a destinação de terras públicas federais ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, para declaração de interesse social para fins de criação de Projeto de Assentamento e para regularização fundiária de ocupações rurais.

Ministério do Planejamento e Orçamento	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 423, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Câmara dos Deputados; de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal; e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 2.352.297.096,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 421, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Adequa os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024, e alterações posteriores, no que concerne a diversos Órgãos do Poder Executivo Federal. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 418, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 706.666.802,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 415, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 2.510.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 413, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal, de Encargos Financeiros da União, e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 269.510.816,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 416, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo Federal e Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 1.596.921.620,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA <u>PORTARIA IBGE Nº 1.336, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024</u> (...) Art. 1º Divulgar a Tábua Completa de Mortalidade - ambos os sexos - 2023, conforme quadro em anexo. (...)
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.515, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</u>

	Institui o Fórum Nacional de Gestores e Gestoras de Políticas para Pessoas com Deficiência.
Ministério dos Transportes	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT ↳ Diretoria Colegiada <u>RESOLUÇÃO Nº 6.056, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Altera a Resolução nº 5.998, de 3 de novembro de 2022 , que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, aprova suas Instruções Complementares, e dá outras providências.
Tribunal de Contas da União (TCU)	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) <u>DECISÃO NORMATIVA - TCU Nº 213, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Aprova, para o exercício de 2025, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas "b", "d", "e" e "f", da Constituição Federal, e da Reserva instituída pelo Decreto-Lei 1.881, de 27 de agosto de 1981 .
Ministério Público da União	ATOS DO VICE-PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA <u>PORTARIA PGR/MPF Nº 1.136, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Altera a Portaria PGR/MPF nº 875, de 24 de setembro de 2024 , para delegar ao Secretário de Cooperação Internacional e ao Coordenador da Unidade Nacional de Enfrentamento ao Tráfico Internacional de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes (UNTC) a atribuição de designar membros em substituição no âmbito da Unidade.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
27/11/2024	<u>DECRETO Nº 69.089, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Institui o Programa Bairro Paulista, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, e dá providências correlatas.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº SAP N.º 121/2024, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024</u>

	Disciplina o fornecimento de refeições no âmbito da Sede da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SFP-2, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos de revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, em conformidade com a Lei nº 17.898, de 9 de abril de 2024, e o Decreto nº 68.807, de 26 de agosto de 2024 <u>RESOLUÇÃO CC-25, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre a prorrogação de afastamento de servidores da Administração direta e indireta do Estado, e dá providências correlatas. CASA MILITAR (CMil) → Administração Direta → Departamento de Defesa Civil <u>RESOLUÇÃO CMIL Nº 039/610/24</u> Constitui a Comissão Executiva de Apoio Técnico dos Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PCPDC), específicos para escorregamentos no Estado de São Paulo. <u>RESOLUÇÃO CMIL Nº 038/610/24</u> Redefine e implementa o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PCPDC) específico para as inundações do Vale do Ribeira. <u>RESOLUÇÃO CMIL Nº 037/610/24</u> Redefine e implementa o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PCPDC) para a Serra do Mar na região do Polo Industrial de Cubatão, Estado de São Paulo. <u>RESOLUÇÃO CMIL Nº 036/610/24</u> Redefine e implementa o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PCPDC) específico para escorregamentos de encostas na Região Metropolitana de São Paulo. <u>RESOLUÇÃO CMIL Nº 035/610/24</u> Redefine e implementa o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PCPDC) específico para escorregamentos de encostas na Região de Itapeva. <u>RESOLUÇÃO CMIL Nº 034/610/24</u> Redefine e implementa o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PCPDC) específico para escorregamentos de encostas na Região de Campinas. <u>RESOLUÇÃO CMIL Nº 033/610/24</u> Redefine e implementa o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PCPDC) específico para escorregamentos de encostas na Região de Sorocaba. <u>RESOLUÇÃO CMIL Nº 032/610/24</u>

	Redefine e implementa o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PCPDC) específico para escorregamentos de encostas na Região do Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Litoral Norte. <u>RESOLUÇÃO CMIL Nº 031/610/24</u> Redefine e implementa o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PCPDC) específico para escorregamentos de encostas na Região da Baixada Santista. <u>RESOLUÇÃO CMIL Nº 030/610/24</u> Redefine e implementa o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PCPDC) específico para escorregamentos de encostas na Região do Vale do Ribeira.
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <u>PORTARIA CEETEPS-GDS N.º 4231, 25 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Prorroga o período para as inscrições de candidatos no Processo Seletivo-Vestibulinho, do 1º semestre de 2025, das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Controladoria Geral do Estado (CGE)	GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO CGE Nº 017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Estabelece procedimentos para o exercício das atividades das Unidades Setoriais do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo e dos Serviços de Informação ao Cidadão dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual, nos termos dos Decretos nº 68.155; nº 68.156; e nº 68.157, todos de 9 de dezembro de 2023, e dá outras providências correlatas.
Secretaria da Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 105, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre a jornada de trabalho ou carga horária dos docentes da rede estadual de ensino e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 104, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre o registro do rendimento escolar dos estudantes das escolas da Rede Estadual e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 103, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Institui o Prêmio Excelência Educacional e dá providências correlatas COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (CGRH) <u>PORTARIA CGRH 38 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024.</u> Estabelece datas e procedimentos para o Processo de Atribuição Inicial de Classes e Aulas para o ano de 2025, aos docentes titulares de cargo e não efetivos (P, N, F) e aos docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, classificados no Processo Seletivo Simplificado VUNESP 05-06-2024.

Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 696, DE 25-11-2024</u> Autoriza a divulgação dos Índices de Preços de Obras Públicas. <u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 695, DE 25-11-2024</u> Dispõe sobre Índices de Reajustes de Preços de Contratos de Serviços, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil nº 79 de 12-12-03 e suas alterações. SUBSECRETARIA DO TESOUREO ESTADUAL <u>PORTARIA SRE 87, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre a definição de operadores setoriais para o Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL. → Coordenadoria da Administração Financeira (CAF) <u>PORTARIA CAF-G Nº 00025, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024.</u> O Coordenador da Coordenadoria da Administração Financeira, no uso de suas atribuições legais, expede a seguinte portaria: Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de NOVEMBRO/2024, estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 06-12-2024 – Celetistas, pensões especiais, servidores públicos civis e militares, ativos, inativos e reformados e de pensionistas da Administração Direta do Poder Executivo e Autarquias. Art. 2º - O Departamento de Finanças do Estado – DFE transferirá os recursos financeiros aos órgãos e entidades do Poder Executivo, da Administração Direta, Administração Indireta e Empresas, no dia útil imediatamente anterior ao disposto no artigo 1º, em conformidade com o disposto no artigo 2º da Portaria CAF-G 00010 de 16 de junho de 2023. Art. 3º - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 06-12-2024. Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. COMUNICADO DA DIVULGAÇÃO DA QUOTA-PARTE MUNICIPAL DO ICMS E DO FUNDO DE EXPORTAÇÃO <u>COMUNICADO CAF-G Nº 00027, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024.</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de outubro de 2024. COMPENSAÇÃO DOS VALORES REPASSADOS PELO ESTADO DE SÃO PAULO AOS MUNICÍPIOS <u>COMUNICADO Nº 00026 DE 22-11-2024</u> A Secretaria da Fazenda e Planejamento comunica a compensação dos valores repassados pelo Estado de São Paulo aos Municípios por força de decisão judicial que superaram o valor previsto no § 1º do art. 6º da Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023, com os repasses vincendos da cota municipal de ICMS, corresponde aos valores constantes na tabela anexa a este

	comunicado. ANEXO Compensação dos Municípios das perdas de arrecadação do ICMS prevista no art. 11 da LC 201/2023.
Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	UNIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (UAPESP) <u>PORTARIA UAPESP Nº 01/2024</u> Institui Grupo de Trabalho para realizar estudos e propor critérios e procedimentos para acesso e para proteção de dados em documentos de acervos custodiados pela Unidade do Arquivo Público do Estado, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e seus regulamentos.
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEMIL Nº 096, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Institui a Comissão de Avaliação referente ao Chamamento Público para a promoção de atividades de escotismo no Parque Estadual Chácara da Baronesa.
Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC)	FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE (FUNDAÇÃO CASA) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 469, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024</u> (...) Art. 1º A realização de pesquisas na Fundação CASA, por pesquisadores vinculados a instituições, públicas ou privadas, governamentais ou da sociedade civil, nacionais ou internacionais, que desenvolvam atividades de ensino e/ou pesquisa, dependerá de prévia análise e aprovação, em conformidade com os procedimentos estabelecidos nesta Portaria. (...)
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA PGE-SFP Nº 05, DE 27-11-2024</u> Altera a Resolução Conjunta PGE/SFP nº 1, de 9 de fevereiro de 2024, e a Resolução Conjunta PGE/SFP nº 2, de 9 de fevereiro de 2024. (...) Artigo 1º - O artigo 6º da Resolução Conjunta PGE/SFP nº 1, de 9 de fevereiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º - Para a efetivação da compensação, o crédito em precatório e o débito inscrito na dívida ativa serão atualizados em conformidade com os seguintes critérios: I - o crédito em precatório será o valor de direito do requerente calculado pelo Sistema Único de Controle de Precatórios da Procuradoria Geral do Estado, deduzidas as contribuições e os impostos incidentes sobre a operação, atualizado até a data da formalização do requerimento à Procuradoria Geral do Estado; (...) <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 61, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</u>

	Institui Comissões, no âmbito do “Programa IMPACTA PGE”, com a finalidade de realizar atividades voltadas à análise, investigação ou supervisão de assuntos específicos, atuando diretamente no campo operacional para implementar ações concretas e eficazes que promovam soluções e melhorias contínuas à Procuradoria Geral do Estado e Administração Pública. <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 59, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Institui Comitês, no âmbito do “Programa IMPACTA PGE”, com o objetivo de elaborar estudos sobre temas de gestão, identificando e implementando melhores práticas que assegurem a conformidade, a eficiência organizacional e a adequação das políticas institucionais aos princípios de governança pública, contribuindo para o aprimoramento das atividades e a prestação do serviço público.
Secretaria da Saúde (SS)	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO CIB Nº 150/2024</u> (...) A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP em sua 351ª reunião ordinária, realizada em 21/11/2024 aprova a relação de municípios que optaram por aderir ou não, ao Programa Dose Certa, conforme Anexos I, II, III e IV. (...)
Secretaria da Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº SSP - 67/2024, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Institui o Núcleo de Observação e Análise Digital (NOAD), no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, com atribuições relacionadas à análise de dados digitais e fontes abertas para apoio estratégico à segurança pública, e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SSP - 66, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024.</u> SEI 025.00009223/2024-11 Normatiza a unidade setorial Ouvidoria da Secretaria da Segurança Pública, que comporá o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo, e cria o Conselho de Usuários de Serviços Públicos, em cumprimento ao disposto no Decreto estadual nº 68.156, de 9 de dezembro de 2023.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR Nº. 49/2024, DE 22/11/2024</u> Dispõe sobre o procedimento para apuração de fatos classificados como faltas leves.
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>RESOLUÇÃO CRUESP Nº 01, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para analisar as questões previdenciárias do funcionalismo público das Universidades Estaduais Paulistas – GT Previdência.

	→ Pró-Reitorias → → Pró-Reitoria de Graduação (PRG) <u>RESOLUÇÃO COPGR Nº 8734, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre subdelegação de competência às Unidades, Institutos Especializados e Museus para a formalização de convênios e termos de estágio de alunos de pós-graduação stricto sensu em que a USP figura como parte e respectivos termos aditivos. <u>RESOLUÇÃO COG 8728, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Estabelece normas para o Processo Seletivo ENEM-USP 2025, exclusivamente no 1º semestre de 2025, e dá outras providências.
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP Nº 77, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre os Centros de Línguas e Desenvolvimento de Professores, em consonância com a Política de Idiomas da Unesp. <u>RESOLUÇÃO UNESP Nº 76, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre a Política de Idiomas da Unesp.
Ministério Público do Estado (MPE)	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA <u>PORTARIA Nº 15219/2024-PGJ, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2024</u> (SEI 29.0001.0180349.2024-64) Cria Grupo de Trabalho, no Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, com o objetivo de realizar estudos e elaborar propostas voltadas a implantação e a regulamentação de ferramentas de Inteligência Artificial no âmbito do Ministério Público de São Paulo.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
29/11/2024	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 56, DE 2024</u> Institui o Programa de Aposentadoria Incentivada para servidores efetivos ou estáveis da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 55, DE 2024</u> Altera a <u>Lei Complementar nº 1.402, de 19 de junho de 2024</u>. (...) Artigo 1º - O parágrafo 1º do artigo 3º da Lei Complementar nº 1.402, de 19 de junho de 2024 passa a vigorar com a seguinte redação: “§ 1º - O Adicional de Qualificação não será concedido ao servidor quando o nível de escolaridade do curso constituir requisito para ingresso no cargo efetivo, ou, ainda, quando constitua requisito para nomeação em cargo em comissão que o servidor efetivo ocupe, ou que venha a ocupar, situação na qual não fará jus à percepção do Adicional. (NR)” (...)

	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 854, DE 2024</u> Institui a "Semana Estadual da Medicina do Estilo de Vida" e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2024</u> Institui o Programa Estadual de Saúde Mental no Trabalho e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 852, DE 2024</u> Cria, no Estado de São Paulo, o "Bilhete do Idoso", como direito à gratuidade no transporte público para pessoas com 60 anos ou mais nos municípios do Estado de São Paulo. <u>PROJETO DE LEI Nº 850, DE 2024</u> Disciplina sanções administrativas aplicáveis às empresas ou pessoas empresárias condenadas por crime ambiental, trabalho análogo à escravidão, exploração infantil, fraude trabalhista, que possuam certidão de débito trabalhista negativada, tenham apossado-se de terra por meio de "grilagem" ou que não garantam o cumprimento da função social da propriedade rural e urbana. PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24, DE 2024</u> Altera dispositivos das Resoluções n.º 783, de 1º de julho de 1997 e nº 822, de 14 de dezembro de 2001. PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 2024</u> Susta a Resolução SSP - 66, de 25 de novembro de 2024, que "normatiza a unidade setorial Ouvidoria da Secretaria da Segurança Pública, que comporá o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo, e cria o Conselho de Usuários de Serviços Públicos, em cumprimento ao disposto no Decreto estadual nº 68.156, de 9 de dezembro de 2023".
28/11/2024	EMENDAS CONSTITUCIONAIS <u>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 55, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Altera a redação da Constituição do Estado na forma que especifica. (...) Artigo 1º – O artigo 255 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 255 – O Estado aplicará, anualmente, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluindo recursos provenientes de transferências, para cumprir o disposto no "caput" do artigo 212 da Constituição Federal." (NR) (...) PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 849, DE 2024</u> Dispõe sobre a divulgação de dados de estabelecimentos de saúde que integram o Sistema Único de Saúde – SUS. <u>PROJETO DE LEI Nº 848, DE 2024</u> Institui a obrigatoriedade de instalação de dispositivos de segurança em piscinas ou similares, com foco na prevenção de acidentes relacionados à sucção e no cumprimento dos requisitos

	mínimos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.327, de 13 de abril de 2022. <u>PROJETO DE LEI Nº 847, DE 2024</u> Dispõe sobre a concessão do direito a uma folga anual para a mulher realizar exames de controle do câncer de mama e do colo do útero, no âmbito do Estado de São Paulo. PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2024</u> Inclui na Resolução nº 766, de 16 de dezembro de 1994 – que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa de São Paulo – previsão vedando a prática de violência política de gênero e/ou raça.
27/11/2024	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 54, DE 2024</u> Cria o Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI aos servidores integrantes dos quadros da Polícia Civil PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 846, DE 2024</u> Dispõe sobre a cobrança da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - CIP, nos municípios do Estado e dá outras providências. PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2024</u> Aprova a indicação de membro para integrar o Conselho Diretor da Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP-ÁGUAS. <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 43, DE 2024</u> Referenda a nomeação de membro para integrar o Conselho Diretor da Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP-ÁGUAS. <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 42, DE 2024</u> Referenda a nomeação de membro para integrar o Conselho Diretor da Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP-ÁGUAS. <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 2024</u> Referenda a nomeação de membro para integrar o Conselho Diretor da Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP-ÁGUAS.
26/11/2024	<u>PROJETO DE LEI Nº 841, DE 2024</u> Autoriza o Poder Executivo a construir e custear o funcionamento de hospitais públicos veterinários regionais para atendimento de animais de médio e grande porte. <u>PROJETO DE LEI Nº 840, DE 2024</u> Obriga os criadores de animais de médio e grande porte com propriedade próxima à rodovia a colocar coleira refletiva para sinalização dos animais em caso de fuga. <u>PROJETO DE LEI Nº 839, DE 2024</u> Estabelece diretrizes para assegurar proteção e acolhimento a animais de estimação resgatados em virtude de desastres climáticos e ambientais.

	<u>PROJETO DE LEI Nº 838, DE 2024</u> Estabelece condições para a transferência de parte do ICMS para os municípios que contribuam com métodos, entidades e instituições que atendem crianças, jovens e adultos com Transtorno do Espectro Autista. <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 53, DE 2024</u> Altera a Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008, que “dispõe sobre medidas de incentivo à inovação tecnológica, à pesquisa científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico, à engenharia não-rotineira e à extensão tecnológica em ambiente produtivo, no Estado de São Paulo, e dá outras providências correlatas”.
25/11/2024	<u>PROJETO DE LEI Nº 836, DE 2024</u> Estabelece medidas para a proteção e defesa do consumidor no âmbito das apostas virtuais no Estado de São Paulo, visando à prevenção do superendividamento, à promoção da saúde pública e à responsabilidade no consumo. <u>PROJETO DE LEI Nº 835, DE 2024</u> Dispõe sobre a criação de Centros Regionais de Tratamento Integral do Câncer de Mama no Estado de São Paulo e dá outras providências. <u>PROJETO DE LEI Nº 834, DE 2024</u> Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, a Política Estadual de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente com Câncer.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
30/11/2024	COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>ATO GP Nº 13/2024</u> (...) Artigo 1º - Fica criado na estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado como unidade autônoma o MEMORIAL DO TCESP com nível de seção técnica composta por equipe multidisciplinar formada por servidores da Casa com formação compatível, em especial, em Arquivologia, História e Museologia. (...)
29/11/2024	COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 45/2024</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no § 2º, do artigo 4º da Resolução nº 15/2024, que instituiu medidas para incentivo da meritocracia e da proporcionalidade de gênero no preenchimento das funções de Chefia e no provimento dos cargos de Direção no âmbito deste Tribunal, disponibiliza aos seus servidores e demais interessados

	informações relativas à composição de gênero de seu quadro de pessoal. (...) <u>RESOLUÇÃO Nº 16/2024</u> Altera o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. (...)
26/11/2024	COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO SDG Nº 66/2024</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA o remanejamento das áreas de fiscalização da Capital e ajustes nas de UR s 06, 07 e 17, bem como a inversão da subordinação aos DSF s I e II, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Seguem abaixo os quadros indicativos dos órgãos sujeitos à fiscalização e as correspondentes Diretorias e Unidade Regionais responsáveis.
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
28/11/2024	<u>DECRETO Nº 63.925, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Cria a Comissão Especial de Organização do Carnaval de Rua 2025, conforme previsto no artigo 5º do Decreto nº 58.857, de 17 de julho de 2019.
25/11/2024	<u>DECRETO Nº 63.915, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024</u> Dispõe sobre permissão de uso ao Governo do Estado de São Paulo, a título precário e gratuito, da área municipal situada na Rua Eduardo Reuter, S/N, Distrito de Cidade Tiradentes, Subprefeitura de Cidade Tiradentes, para fins de regularização da Escola Estadual "Barro Branco II".

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Alexandre José Freitas Rocha Cavalcanti
ajrcavalcanti@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>